

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: OESP Class.: FURRODOL

Data: 08/08/93 Pg.: 26 - Geral

26 - O ESTADO DE S. PAULO - Geral - 8 DE AGOSTO DE 1993 - DOMINGO

AMBIENTE

Governador quer 'vender' 20% do Acre para o Sul

Compradores' poderão promover desmatamentos para projetos agropecuários e explorar madeira de lei, castanheiras e seringueiras

MARCO UCHÔA

No prazo de 90 dias, 20% do território do Acre será colocado à "venda" pelo governador Romildo Magalhães (PPR). A intenção é atrair investidores do setor agropecuário do sul do País. São cerca de 30,4 mil quilômetros quadrados, 8 mil a mais que o Estado de Sergipe. Os "compradores" poderão explorar madeiras de lei, castanheiras, seringueiras e estarão autorizados a promover desmatamentos para iniciar projetos de produção. Magalhães decidiu apoiar a idéia dos fazendeiros da região para tentar salvar a economia acreana, atolada em CRS 200 milhões de dívida interna.

O Acre tem apenas 5% da sua cobertura florestal devastada e 65% de área protegida por lei. Dos 30% restantes, o projeto de "venda" quer usar 20%. Com isso, a área de desmatamento no Estado, um dos mais preservados até o momento, passaria de 5% para 25%. A fiscalização dos 152 mil quilômetros quadrados do Estado é feita atualmente por apenas 12 agentes do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Nesta semana, o governador deve traçar o plano de "venda". O preço das terras ainda não foi definido.

Vantagens — Os interessados serão beneficiados com taxas reduzidas de impostos e prazos especiais de pagamento pelas terras. "Foi a alternativa que encontrei para retomar o crescimento econômico, emperrado nos últimos anos pela legislação ambiental, que afasta os investidores", diz Magalhães. "A ecologia tratada de forma romântica provocou a fuga de capital", afirma Assuero Veronez, presidente da Federação da Agricultura, que representa 400 fazendeiros.

No ano passado, o setor agropecuário faturou cerca de US\$ 40 milhões. "Os empresários têm medo de investir aqui porque acham que

tudo é proibido", diz Veronez. Segundo ele, os fazendeiros acreditaram no discurso ecológico de que um dia a floresta daria lucros. "Cansamos de esperar", afirma. A pecuária ocupa 3,5% do território e representa 70% da economia do Estado. Com o projeto de captação de recursos, a área destinada à criação de gado será triplicada. Dos 23 mil imóveis rurais do Acre, apenas quatro mil têm mais de 100 hectares. Uma fazenda de porte médio tem entre 200 e 300 hectares.

Boicote — O governador Romildo Magalhães não foi nada original com a idéia de "vender" o Acre para o Sul. Na realidade, ele está reeditando projetos que já foram testados e que não deram certo em outros governos. Na década de 70, o então governador Wanderlei Dantas iniciou uma espécie de leilão de terras para compensar a quebra do monopólio da borracha, o que gerou especulação imobiliária. "Faltou conscientização, mas agora será diferente", explica Magalhães.

Os ecologistas estão assustados com o projeto e ameaçam pedir aos países do Primeiro Mundo que boicotem o Estado, se o plano de ocupação de 20% do território realmente for colocado em prática. "Não podemos admitir que a floresta seja atingida", afirma Atanagildo de Deus Matos, presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), uma das entidades mais atuantes da região. "Os países desenvolvidos não aprovarão essa ocupação desordenada e podem bloquear investimentos no Estado", diz Matos.

Dos 450 mil habitantes do Estado, 60% são desempregados. A arrecadação de impostos do mês passado ficou em CRS 100 milhões, 80% para cumprir a inchada folha de pagamento. "Os ecologistas precisam conhecer a nossa realidade antes de criticar", afirma Magalhães. "Sacrificarei a floresta em nome do povo."



Queimadas

Situação crítica: com o projeto, a área devastada do Acre passará de 5% para 25%

Número de queimadas preocupa

O número previsto de queimadas no Acre neste ano é 50% maior que no ano passado, segundo estimativas do Instituto do Meio Ambiente do Acre (Imac), que juntamente com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) autoriza esse procedimento no caso de terras com menos de 50 hectares. As queimadas são realizadas com o objetivo de preparar o solo para as plantações.

A situação é crítica, de acordo com o Imac. Por isso, o instituto está preparando um calendário de queimadas para evitar uma catástrofe ecológica. Cerca de 100 mil hectares serão queimados até dezembro.

Para Mauro Jorge Ribeiro, diretor de Estudos e Pesquisas do Imac, a situação é preocupante. "Não temos técnicos suficientes para fiscalizar as áreas que estão sendo queimadas", afirma. São 90 para todo o Estado. O Imac será o órgão responsável pela aprovação dos projetos dos interessados em ocupar o Estado. "O plano poderia ser feito nos 5% de área desmatada, sem prejudicar a floresta", alerta Ribeiro.

A legislação ambiental do Estado deve ser aprovada até outubro pela Assembleia Legislativa. Um dos tópicos que pode emperrar a "venda" do Acre é um artigo que proíbe a concessão de projetos na Amazônia, a não ser que tenha sido feito levantamento sócio-ecológico da região, o que ainda não foi definido. (M.U.)